

ATA NÚMERO VINTE E NOVE

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2018

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote, Bruno Henrique Figueiredo Costa, Rita Isabel Almeida Silva e Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues, Vereadores. -----

Secretariou a reunião Américo Oliveira Domingues, Chefe de Divisão de Administração Geral. -----

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas nove horas e trinta minutos. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente para cumprimentar os Senhores Vereadores e os Chefes de Divisão Técnica Municipal e de Administração Geral. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS PARA 2019: -----

- RELATÓRIO DO ORÇAMENTO -----

- ORÇAMENTO -----

- NORMAS PARA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO -----

- GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----

Usou da palavra o Senhor Presidente informando que na elaboração do orçamento em discussão se cumpriu as regras do Plano de Ajustamento Municipal, e tendo por base o que foi feito nos últimos anos, se pretendeu ir ao encontro das necessidades dos munícipes, tendo em conta o equilíbrio orçamental, de modo a que não se repitam os desequilíbrios antigos, sendo estas as opções possíveis. Informou ainda que foi solicitado o contributo para a elaboração do orçamento aos Senhores Presidentes de Junta, tendo todos eles apresentado as suas sugestões. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues propôs ao Senhor Presidente da Câmara uma alteração ao Regulamento de Transportes Escolares em virtude da escolaridade obrigatória ser o 12.º ano, pelo que propunha que fosse alargado o transporte escolar gratuito para todos os graus de ensino. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente referindo que este era um orçamento alinhado com o programa eleitoral sufragado pelos munícipes, havendo uma forte aposta no eixo da educação para o ano de 2019, nomeadamente a reabilitação da Escola de Figueiró da Granja, havendo outras áreas e programas importantes

a ser implementados como o Programa Saúde Oral para Todos, o Programa de Apoio ao Ovinicultor, o Programa de Apoio à Natalidade e o Programa de Combate ao Insucesso Escolar, ficando o concelho de Fornos de Algodres um passo à frente dos outros concelhos da CIMBSE. Agradeceu ainda aos técnicos na dedicação e empenho na preparação dos documentos previsionais. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa começou por agradecer aos Chefes de Divisão pelo trabalho desenvolvido, agradecimentos esses que se tornavam extensíveis a todos os trabalhadores, referindo de seguida que o documento se encontrava bem estruturado e elaborado, destacando os seguintes aspetos relativamente às grandes opções do plano (GOP):-----

No eixo 1 - Ação Social e Saúde, destacou um aumento de 33% de investimento face ao orçamento do ano anterior, dando especial relevância ao programa de Saúde Oral Para Todos. -----

No eixo 2 - Economia, destacou um aumento de 91% de investimento face ao orçamento do ano anterior, dando especial relevância ao programa de Apoio ao Ovinicultor. -----

No eixo 3 - Educação, destacou um aumento de 18% de investimento face ao orçamento do ano anterior, dando especial relevância ao programa de Educação Ambiental. O Senhor Vereador evidenciou as boas relações existentes entre o Município de Fornos de Algodres e o Agrupamento de Escolas, nomeadamente no Programa Eco-Escolas. -----

No eixo 6 - Ambiente, realçou a aposta na continuação do Plano de Monitorização da Qualidade da Água dos Fontanários do Concelho. Realçou a execução prevista de desassoreamento do açude do Rio Mondego, junto à praia fluvial. Por último evidenciou que as políticas ambientais do Município, seguem as políticas ambientais nacionais. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues questionou se a sua proposta para os transportes escolares iria ser aceite. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que atualmente o Município comparticipava os transportes escolares para os alunos do secundário em 50% e que para se contemplar a proposta da Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues, terá que ser proposta uma alteração ao Regulamento de Transportes Escolares, o qual terá que ser submetido à Assembleia Municipal. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues usou da palavra referindo que tinha uma crítica a fazer, mas que o Senhor Presidente já a justificou, mas questionou se o orçamento tinha sido enviado atempadamente para o FAM. De seguida referiu que era descabido aos vereadores da oposição, que não conhecem o orçamento, fazerem uma análise aprofundada em tão curto espaço de tempo, logo não devia ser discutido numa reunião extraordinária, acrescentando que já se falava no orçamento do ano transato na Escola de Figueiró, logo o acréscimo de 18% na Educação, não era assim tão significativo. -----

O Senhor Presidente explicou que a candidatura da Escola de Figueiró teve que ser revista, porque o projeto contemplava uma lareira ornamental, que não era aceite, tendo sido retirada a candidatura para ser revisto o

projeto, para que a candidatura seja novamente submetida e a obra seja concluída em 2019, dado que de acordo com pacto da CIMBSE, não havia outra opção no que respeitava à educação. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues questionou o que pensavam fazer no que respeitava à economia tendo o Senhor Presidente respondido que se pretendia avançar com a Zona Industrial de Juncais, para a qual tinha tido no dia anterior uma reunião na Câmara Municipal com a Dr.ª Isabel Damasceno (CCDRC), prevendo-se um investimento de cerca de setecentos mil euros, e segundo ela iriam abrir candidatura para as zonas industriais em janeiro de 2019, sendo possível efetuar candidatura desde que se provasse que o concelho tinha terrenos e houvesse interessados em investir. -----

O Senhor Vice-Presidente informou que tinha sido aberta uma rubrica no PPI para a Zona Industrial de Juncais com valor não definido, para uma possível candidatura. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues referiu que numa reunião de Câmara e Assembleia foi dito que iriam efetuar um investimento de 200 mil euros, não transmitindo que iria haver financiamento, questionando se a Câmara só vivia com candidaturas. -----

O Senhor Vice-Presidente respondeu que era necessário aproveitar todo o tipo de financiamento, uma vez que era impensável uma Câmara, como a nossa, com os constrangimentos financeiros que apresenta, ambicionar realizar uma obra desta dimensão apenas com recurso a financiamento próprio. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues questionou ainda se o saneamento da Escola estava resolvido tendo o Senhor Presidente informado que já se encontrava adjudicado e iria ser iniciado. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues considerou que havia vários projetos na área da educação e, sendo dessa área profissional, ficava satisfeita com tudo o que fosse para a educação, contudo não concordava com este orçamento, porque sendo Fornos de Algodres um concelho pobre, este deveria estar mais virado para a agricultura, apostando por exemplo na castanha, no combate à praga do pinheiro e na produção vitivinícola, não esquecendo o queijo da serra. Acrescentou ainda que na sua ótica, este orçamento não resolvia os problemas nem as necessidades das pessoas. -----

O Senhor Presidente respondeu que não era essa a sua opinião, e que relativamente à castanha, Fornos de Algodres, Aguiar da Beira e Trancoso eram dos municípios que mais tinham investido nessa área, tendo celebrado um protocolo com a Universidade de Trás-os-Montes para combater a vespa asiática. No que respeitava aos pinheiros tinham sido contatadas as entidades oficiais e ainda não havia nenhuma solução para o problema. -----

Face ao exposto o Senhor Presidente propôs à aprovação da Câmara os documentos para 2019. -----

Interveio a Senhora Vereadora Rita Isabel Almeida Silva informando que iria votar contra, fazendo a seguinte declaração de voto que se dá aqui como transcrita: -----

“Declaração de Voto Contra o ponto 1 -----

Reunião Extraordinária de 31 de outubro de 2018 -----

Após análise do ponto 1 - Proposta de Aprovação do: relatório de orçamento; orçamento; normas de execução do orçamento e grandes opções do plano, sou a informar: -----

I -----

A Lei, dando satisfação a um preceito constitucional, estabelece os direitos que concretamente assistem aos titulares do direito de oposição e objetiva dois: -----

1 - Direito de serem ouvidos sobre as propostas e planos de atividade e orçamentos -----

Constituindo um direito de consulta prévia, que deve processar-se logo que a Câmara Municipal tenha elaborado o projeto de plano e de orçamento e antes de os submeter à aprovação e com razoável antecedência, que permita aos titulares do direito de oposição a análise e pronúncia. Sendo que, a convocatória para a presente reunião extraordinária foi remetida no dia 29 de outubro de 2018 e a reunião realiza-se a 31 de Outubro de 2018, o que além de não cumprir o preceituado no artigo 41.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro, impossibilita apresentação de sugestões e contributos. -----

2 - Os titulares do direito de oposição têm, ainda, direito a pronunciarem-se sobre quaisquer questões de interesse público relevante; -----

A Câmara Municipal deve responder aos pedidos de informação solicitadas pelos titulares do direito de oposição em prazo razoável. Venho reiteradamente e desde abril 2018 conforme sucessivos ofícios, lidos em voz alta nestas reuniões, solicitar informação que não é prestada. -----

II -----

Mais, este não cumpre o preceituado no n.º 3 do artigo 31.º da lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto. -----

III -----

Assim sendo, voto contra invocando a insuficiente informação, e impossibilidade de exercer direito de consulta prévia, e o incumprimento do n.º 3 do artigo 31.º da lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, eximindo-me das responsabilidades legais que daí advenham. -----

Fornos de Algodres, 31 de outubro de 2018 -----

A Vereadora -----

(Rita Isabel Almeida Silva)" -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues referindo que sobre este assunto iria apresentar uma declaração de voto que se dá aqui como transcrita: -----

"DECLARAÇÃO DE VOTO -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2019 -----

Desde sempre, o PSD pugnou por estratégias de desenvolvimento que privilegiassem o crescimento e a consolidação do tecido económico e empresarial do Concelho, partindo do inquestionável pressuposto de que o bem-estar social, a melhoria das condições de vida da população, o acesso ao emprego e a fixação de pessoas no território, apenas se podem almejar através de políticas públicas concertadas que a tal conduzam. -----

Neste contexto, é com profunda e justificada preocupação que assistimos ao inexorável declínio populacional do Concelho, à desertificação humana e do território, com as populações entregues a si próprias e, amiúde, por falta de emprego e de oportunidades, compelidas a trabalhar nos concelhos limítrofes e noutras paragens, contribuindo, assim para enriquecimento doutras Terras, que não a deles, sem que a Câmara Municipal exiba o mais leve sinal de sobressalto com tão negro quadro. -----

Pensou-se - erradamente, pelo que vimos - que os Documentos Previsionais para 2019 deixassem antever alguma preocupação com estas questões e que, ao menos, deixassem alguns indicadores da adoção de uma estratégia debeladora deste estado de letárgico empobrecimento do nosso Concelho! -----

Nada disso! Antes, pelo contrário, manteve-se a estratégia político-partidária de distribuir cargos e dinheiro público por correligionários e potenciais apoiantes, investidos em funções redundantes e desnecessárias, enquanto, por outro lado, se aposta na estratégia de distrair e manipular a população Fornense com atividades e entretenimentos inconsequentes, que apenas satisfazem o ego político e pessoal dos seus mentores, ao mesmo tempo que desbaratam os esparsos recursos económicos do Município. Assim vai Fornos de Algodres! - E não são as medidas avulsas que, aqui e ali, pontilham os Documentos Previsionais, mormente o Orçamento, que nos convencerão da bondade dos mesmos. De facto, não passam disso mesmo, de medidas avulsas! O tecido económico e empresarial (sempre) foi esquecido e as principais atividades económicas do Concelho foram totalmente subalternizadas, depauperadas a nível financeiro e esquecidas no livro das prioridades. -----

No que toca ao processo de análise e aprovação, na Câmara Municipal, dos Documentos Previsionais para 2019, não podemos deixar de referir o desprezo e desrespeito adotado em relação à Oposição, assim como a extemporaneidade, a sobranceira e o despropósito altaneiro com que os Documentos nos foram apresentados e, posteriormente, aprovados. São de facto, indicadores deveras preocupantes! -----

Assim, analisando as principais linhas orientadoras dos Documentos Previsionais para 2019, um plano que não tenha como meta o fomento da criação dos postos de trabalho necessários ao desenvolvimento do Concelho, o fomento da criação de empresas estruturadas e radicadas no Concelho, assim como o fortalecimento das já existentes, revigorando, deste modo, o tecido económico e social e fixando as pessoas no nosso território, com um aumento notório da sua qualidade de vida e uma redução drástica da pobreza e da exclusão social, não poderá, em situação alguma, merecer o voto favorável do PSD. -----

Daí, o nosso voto contra a aprovação destes Documentos Previsionais. -----

Fornos de Algodres, 31 de outubro de 2018 -----

A Vereadora do PSD" -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com dois votos contra da Senhora Vereadora Rita Isabel Almeida Silva e da Senhora Vereadora Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues, conforme declarações de voto apresentadas -----

2 - PROPOSTA PARA QUE SE SUBMETA À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS PARA O ANO 2019:

- RELATÓRIO DO ORÇAMENTO

- ORÇAMENTO

- NORMAS PARA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

- GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O Senhor Presidente propôs que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal os seguintes documentos para 2019:

Relatório do Orçamento

Orçamento

Normas para Execução do Orçamento

Grandes Opções do Plano

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade

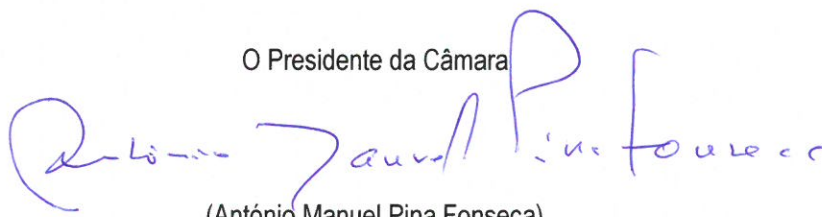
3 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação.

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade

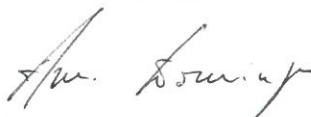
Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei.

O Presidente da Câmara



(António Manuel Pina Fonseca)

O Secretário



(Américo Oliveira Domingues)